



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20222555**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de 2022, as partes a seguir elencadas, com integral observância das normas pertinentes e respectivas atualizações, das condições estabelecidas pelo Instrumento Convocatório do e seus anexos, **FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP**, conforme condições, especificações e **PREÇOS REGISTRADOS** da respectiva proposta apresentada, classificada, aceita/negociada no certame do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 9/2022-059FMAS**, realizado em 23/09/2022, conforme as cláusulas e condições conforme segue:

**I - ÓRGÃO GERENCIADOR**

O CONTRATANTE **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 11.234.755/0001-77, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 11.234.755/0001-77, com sede na: **Rua do Café, s/nº - Setor Morumbi, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, neste ato representada por sua Secretária, nomeada pelo Decreto Municipal nº 009/2021 de 01 de janeiro de 2021, a Sra. Lívia Lira de Araújo**, brasileira, casada, portadora do CPF nº771.735.971-53, residente e domiciliado na Rua Macaxeira, nº332, Bairro Morumbi, CEP: 68.385-000, Cidade Tucumã-PA.

**II - ÓRGÃO PARTICIPANTE**

O CONTRATANTE **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 11.234.755/0001-77, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 11.234.755/0001-77, com sede na: **Rua do Café, s/nº - Setor Morumbi, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, neste ato representada por sua Secretária, nomeada pelo Decreto Municipal nº 009/2021 de 01 de janeiro de 2021, a Sra. Lívia Lira de Araújo**, brasileira, casada, portadora do CPF nº771.735.971-53, residente e domiciliado na Rua Macaxeira, nº332, Bairro Morumbi, CEP: 68.385-000, Cidade Tucumã-PA.

**III – DETENTORA(S)/FORNECEDORA(S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- a) **DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA | LC123: Sim - Documento 40.223.106/0001-79 - Endereço: RUA FLORESTA, Nº440, CENTRO - CEP: 99.740-000 - UF: RS - Município: BARÃO DE COTERGIPE - Telefone: (54) 9929-7133.**
- b) **INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA | TIPO - ME LC123: Sim - Documento 07.628.070/0001-38 - Endereço: AVENIDA BIAS FORTE, Nº405, BAIRRO VILA DE LOURDES - CEP: 35.796 - 489 - UF: MG - Município: CURVELO - Telefone: (38) 9997-9177.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- c) **L M VIEIRA MARQUES – MS CONFECÇOES HOSPITALARES LTDA | TIPO - ME LC123: Sim**  
**- Documento 33.331.450/0001-16 - Endereço: R 1-B QUADRA 46, LOTE 18, CASA 02, SN, BAIRRO**  
**GARAVELO - CEP: 74.354-290 - UF: GO - Município: GOIANIA - Telefone: (62) 8452-8719.**

#### IV - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços **provém da Adjudicação do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2022-059FMAS e Ato de Ratificação do Órgão Solicitante**, conforme **Termo de Homologação emitido em 21/11/2022**, constante no Processo Licitatório nº 9/2022-059FMAS, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual, pelas condições estabelecidas no Instrumento Convocatório do referido Pregão, com base no disposto na Lei Federal nº 10.520/2002; o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta ARP a: **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA**, conforme condições e especificações constantes no Edital, Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP E DA SUA VALIDADE E PUBLICIDADE

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preços-ARP é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

**2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, conforme dispõe o Decreto nº 7.892/2013.

**2.3.** A existência de preços registrados na ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada preferência do fornecimento ao Fornecedor registrado em igualdade de condições.

**2.4.** O Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, farão parte integrante desta ARP, independente de transcrição.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



### 2.5. Da Assinatura da ARP

**2.5.1.** Após a homologação do resultado do Pregão, as licitantes vencedoras do certame serão convocadas para assinar a ARP por e-mail, por ofício ou Ato Administrativo do Órgão Competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação.

**2.5.2.** O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo Órgão Competente.

**2.5.3.** A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado ou havendo recusa em fazê-lo, dela será excluída, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

**2.5.4.** A Ata de Registro de Preços será assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração, carta de credenciamento ou contrato social, acompanhados de documento de identidade com foto.

### 2.6. Do Prazo de Validade da Ata de Registro de Preços e da sua Publicidade

**2.6.1.** A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da publicação de seu extrato, sendo vedada sua prorrogação, conforme o Decreto nº 7.892/2013, e inciso III do § 3º do art. 15 da Lei 8666/93.

**2.6.2.** A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará – FAMEP e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Tucumã ([www.prefeituradetucuma.pa.gov.br](http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br)).

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO COM O(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S)

**3.1.** Após a assinatura da ARP tendo sido cumprida a publicidade do registro nela contido, a contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesas, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da lei nº 8.666/93.

**3.1.1.** Com base no Caput do Art. 62, c/c com o § 4º do mesmo artigo da Lei n.º 8.666/93, poderá ser dispensado o Termo de Contrato, sendo o mesmo substituído por Notas de Empenho.

**3.2.** O(s) contrato(s) decorrente(s) do registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**3.3.** O(s) contrato(s) a ser firmado(s) em decorrência da ARP oriunda desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO, DA  
FORMA DE AQUISIÇÃO, DOS LOCAIS DE ENTREGA**

**4.1. Do prazo de entrega do Objeto**

**4.1.1.** A aquisição do objeto será solicitada e *deverá atender às determinações constantes no Termo de Referência – Anexo I.*

**4.2. Das condições e da forma de recebimento do objeto**

**4.2.1.** O objeto será solicitado de forma parcelada conforme a necessidade do Órgão Solicitante, mediante a emissão de requisição/solicitação e da nota de empenho devidamente assinada.

**4.2.2.** Os estimativos relacionados não geram qualquer tipo de obrigação ao Órgão Solicitante, podendo o Município promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecendo à legislação pertinente.

**4.2.3.** Os objetos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no termo de Referência e legislações pertinentes, ficando esclarecido que correrá por conta da Detentora/Fornecedora todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto licitado.

**4.2.4.** O Órgão Solicitante rejeitará os objetos fornecidos em desacordo com o Termo de Referência/ARP, mesmo após o recebimento; caso seja constatado que os mesmos estejam em desacordo com o especificado ou incompleto. O responsável pelo órgão notificará, conforme o caso, a Fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

**4.2.5.** A Fornecedora deverá entregar o objeto no local determinado pelo Órgão Solicitante, no qual os preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte/entrega, garantias e quaisquer outras despesas para entrega do objeto.

**4.2.6. O objeto será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93 sendo:**

**I. Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com o solicitado na licitação. A entrega deverá estar acompanhada da respectiva Nota Fiscal. Realizada a conferência inicial pelo responsável e se identificada conformidade das especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**II. Definitivamente, imediatamente**, após a verificação do objeto da conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na ARP, na Proposta e na Nota Fiscal, se dará em **até 03 (três) dias úteis** após o recebimento provisório realizada pelo servidor competente designado pelo Órgão Solicitante e atesto da nota fiscal.

**4.2.7.** Constatadas irregularidades no objeto entregue, o Órgão Solicitante poderá:

**4.2.7.1.** Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do produto fornecido, rejeitá-lo, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**4.2.7.2.** Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Solicitante de imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço registrado.

**4.2.8.** O recebimento por parte do Órgão Solicitante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Detentora de fornecer produtos de acordo com as condições e especificações contidas no Edital, no Termo de Referência, na Proposta e na ARP; nem invalida qualquer reclamação que o Órgão venha a fazer em virtude de posterior constatação do objeto defeituosos ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação a expensas da Fornecedora.

**4.2.10.** Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Fornecedora sem ônus para o Órgão Solicitante.

### **4.3. Dos locais de entrega do objeto e servidores responsáveis pelo seu recebimento**

**4.3.1.** O objeto solicitado deverá ser entregue no endereço, dia e horário especificados, com o acompanhamento do respectivo servidor a seguir indicado, o qual fica responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto entregue, bem como pelo atesto às respectivas notas fiscais, devendo ser obedecidas à forma, especificações e condições estipuladas neste Termo.

**4.3.2.** Para o seu **recebimento**, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação dos materiais fornecidos em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do Documento Fiscal e atestará o recebimento em seu verso.

**4.3.3.** Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

**4.3.4.** O acompanhamento e recebimento e atesto das notas, serão efetuadas pelo servidor designado, de acordo com as condições constantes na ARP, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas no Termo de Referência atribuídas ao Órgão Solicitante, bem como as disposições do art. 67 da Lei 8.666/93 e as contidas no Decreto nº 7.892/2013, em especial nos artigos 5º e 6º do referido decreto.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**4.3.5.** Os objetos deverão ser entregues nos endereços elencados abaixo:

**ÓRGÃO PARTICIPANTE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n  11.234.755/0001-77, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n  11.234.755/0001-77, com sede na: **Rua do Café, s/n  - Setor Morumbi, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, neste ato representada por sua Secretária, nomeada pelo Decreto Municipal n  009/2021 de 01 de janeiro de 2021, a Sra. Lívia Lira de Araújo**, brasileira, casada, portadora do CPF n 771.735.971-53, residente e domiciliado na Rua Macaxeira, n 332, Bairro Morumbi, CEP: 68.385-000, Cidade Tucumã-PA.

**4.3.6. O  rg o Gerenciador e  rg os Participantes designam como responsáveis pelo recebimento, atesto das notas fiscais e distribui es dos objetos os servidores abaixo elencados:**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n  11.234.755/0001-77, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n  11.234.755/0001-77, com sede na: **Rua do Café, s/n  - Setor Morumbi, TUCUMÃ/PA, CEP: 68.385-000, neste ato representada por sua Secretária, nomeada pelo Decreto Municipal n  009/2021 de 01 de janeiro de 2021, a Sra. Lívia Lira de Araújo**, brasileira, casada, portadora do CPF n 771.735.971-53, residente e domiciliado na Rua Macaxeira, n 332, Bairro Morumbi, CEP: 68.385-000, Cidade Tucumã-PA.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICA ES, DOS QUANTITATIVOS TOTAIS ESTIMADOS, DOS PREÇOS**

**REGISTRADOS E DA(S) RESPECTIVA(S) FORNECEDORA(S)**

**5.1.** As quantidades constantes são estimativas de consumo e não geram qualquer tipo de obriga o ao  rg o Solicitante, não obrigando a Administra o   aquisi o de sua totalidade, podendo o Município promover a aquisi o de acordo com as suas necessidades, obedecendo   legisla o pertinente.

**5.2.** Nos preços registrados deverão estar inclusos os custos de transporte e garantias, no que couber, e quaisquer outras despesas para entrega do objeto desta licita o.

**A) DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA | LC123: Sim - Documento 40.223.106/0001-79 - Endereço: RUA FLORESTA, N 440, CENTRO - CEP: 99.740-000 - UF: RS - Município: BARÃO DE COTERGIPE - Telefone: (54) 9929-7133.**

ITEM	DESCRI�O	MARCA	QUANT.	UNID.	UNIT�RIO R\$	TOTAL R\$	TIPO DE PARTICIPA�O
25	TOALHA DE ROSTO 50CMX70CM	DLH	3.360	UNID	R\$ 15,900	R\$ 53.424,000	COTA PRINCIPAL
	<i>Especifica�o: GROSSA E FELPUDA. MEDIDNDO 50CM X 70CM. CONFECCIONADA EM ALGOD�O COM VISCOSE, QUE PROPORCIONA</i>						

Rua do Café s/n  - Setor alto Morumbi – Fone: 94 3433-3241 Fax: 94 3433-1507 CEP 68.385-000

Email: [cpl2021pmt@gmail.com](mailto:cpl2021pmt@gmail.com)

Página 6 de 25



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	MACIEZ E DURABILIDADE. CORES NEUTRAS						
26	<b>TOALHA DE ROSTO 50CMX70CM – ME/EPP</b>	DLH	840	UNID	R\$ 15,900	R\$ 13.356,000	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : GROSSA E FELPUDA. MEDIDNO 50CM X 70CM. CONFECCIONADA EM ALGODÃO COM VISCOSE, QUE PROPORCIONA MACIEZ E DURABILIDADE. CORES NEUTRAS</i>						
					<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 66.780,000</b>	

**B) INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA | TIPO - ME LC123: Sim - Documento 07.628.070/0001-38 - Endereço: AVENIDA BIAS FORTE, N°405, BAIRRO VILA DE LOURDES - CEP: 35.796 - 489 - UF: MG - Município: CURVELO - Telefone: (38) 9997-9177.**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
1	<b>TOALHA DE BANHO</b>	ORTHOVIDA	100	UNID	R\$ 38,660	R\$ 3.866,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especificação : TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO MEDINDO 0,60CM X 1,30M 100%, FELPA DUPLA, TEKA OU SIMILAR CORES VARIADAS.</i>						
2	<b>TOALHA DE ROSTO</b>	ORTHOVIDA	300	UNID	R\$ 28,860	R\$ 8.658,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especificação : TOALHAS DE ROSTO 50CM X 80CM: 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, CORES DIVERSAS</i>						
3	<b>TRAVESSEIRO 45CM X 65CM</b>	ORTHOVIDA	100	UNID	R\$ 29,980	R\$ 2.998,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>MEDIDA: 45 X 65 CM ENCHIMENTO: 310 G REVESTIMENTO: PERCAL 180 FIOS 100% ALGODÃO RECHEIO: 100% FIBRA DE POLIÉSTER SILICONIZADA COM AÇÃO ANTIMICROBIANA</i>						
4	<b>LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO COM ELÁSTICO 1,40X1,90M</b>	ORTHOVIDA	150	UNID	R\$ 42,930	R\$ 6.439,500	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especificação : COM ELÁSTICO. 100% ALGODÃO 1,40X1,90M</i>						
6	<b>COBERTOR INFANTIL 0,90X1,10M</b>	ORTHOVIDA	3.280	UNID	R\$ 44,910	R\$ 147.304,800	COTA PRINCIPAL
	<i>Especificação : COBERTOR - DESCRIÇÃO TÉCNICA: COBERTOR INFANTIL COMPOSTO DE 70% ALGODAO, 25% POLIESTER E 5% VISCOSE UMA FACE ACABAMENTO EM DEBRUM 100% NYLON COM 3 CM DE LARGURA MEDINDO ( LXC) 0,90 X 1,10 M ESTAMPADO COM COSTURA DUPLA EM MAQUINA GALONEIRA ETIQUETA DE ACORDO COM A</i>						

Rua do Café s/nº - Setor alto Morumbi – Fone: 94 3433-3241 Fax: 94 3433-1507 CEP 68.385-000

Email: [cpl2021pmt@gmail.com](mailto:cpl2021pmt@gmail.com)



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02/2008.						
7	<b>COBERTOR INFANTIL 0,90X1,10M – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	820	UNID	R\$ 44,910	R\$ 36.826,200	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : COBERTOR - DESCRIÇÃO TÉCNICA: COBERTOR INFANTIL COMPOSTO DE 70% ALGODAO, 25% POLIESTER E 5% VISCOSE UMA FACE ACABAMENTO EM DEBRUM 100% NYLON COM 3 CM DE LARGURA MEDINDO ( LXC) 0,90 X 1,10 M ESTAMPADO COM COSTURA DUPLA EM MAQUINA GALONEIRA ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02/2008.</i>						
8	<b>COBERTOR INFANTIL TECIDO MICROFIBRA 1,10X1,50M</b>	ORTHOVIDA	3.280	UNID	R\$ 34,730	R\$ 113.914,400	COTA PRINCIPAL
	<i>Especificação : COBERTOR - DESCRIÇÃO TÉCNICA: COBERTOR INFANTIL TECIDO MICROFIBRA COMPOSTO DE 100% POLIESTER,QUE NAO CONTENHA POLIPROPILENO ANTIALERGICO, COM BOA CAPACIDADE TERMICA DE RETENCAO DE CALOR, LEVEZA E TEXTURA DELICADA PESANDO NO MINIMO 370G/M2 UMA FACE MEDINDO ( LXC) (1,10 X 1,50)M NO MINIMO CORES DIVERSAS COM ACABAMENTO REFORCADO NAS BORDAS DEVENDO MANTER A MACIEZ APOS A LAVAGEM E QUE NAO FORME BOLINHAS ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02/08</i>						
9	<b>COBERTOR INFANTIL TECIDO MICROFIBRA 1,10X1,50M – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	820	UNID	R\$ 34,730	R\$ 28.478,600	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : COBERTOR - DESCRIÇÃO TÉCNICA: COBERTOR INFANTIL TECIDO MICROFIBRA COMPOSTO DE 100% POLIESTER,QUE NAO CONTENHA POLIPROPILENO ANTIALERGICO, COM BOA CAPACIDADE TERMICA DE RETENCAO DE CALOR, LEVEZA E TEXTURA DELICADA PESANDO NO MINIMO 370G/M2 UMA FACE MEDINDO ( LXC) (1,10 X 1,50)M NO MINIMO CORES DIVERSAS COM ACABAMENTO REFORCADO NAS BORDAS DEVENDO MANTER A MACIEZ</i>						

Rua do Café s/nº - Setor alto Morumbi – Fone: 94 3433-3241 Fax: 94 3433-1507 CEP 68.385-000

Email: [cpl2021pmt@gmail.com](mailto:cpl2021pmt@gmail.com)





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	APOS A LAVAGEM E QUE NAO FORME BOLINHAS ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02/08						
10	<b>COBERTOR SOLTEIRO 100% POLIÉSTER 2,20X1,50M</b>	ORTHOVIDA	3.280	UNID	R\$ 89,780	R\$ 294.478,400	COTA PRINCIPAL
	Especificação : MATERIAL 100% POLIÉSTER, TIPO ANTIALÉRGICO, COMPRIMENTO 2,20 M, LARGURA 1,50 M, CORES NEUTRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLTEIRO						
11	<b>COBERTOR SOLTEIRO 100% POLIÉSTER 2,20X1,50M – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	820	UNID	R\$ 89,780	R\$ 73.619,600	COTA RESERVADA
	Especificação : MATERIAL 100% POLIÉSTER, TIPO ANTIALÉRGICO, COMPRIMENTO 2,20 M, LARGURA 1,50 M, CORES NEUTRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLTEIRO						
12	<b>COBERTOR SOLTEIRO ALGODÃO 140X220CM</b>	ORTHOVIDA	3.240	UNID	R\$ 152,540	R\$ 494.229,600	COTA PRINCIPAL
	Especificação : MEDIDA 140X220CM GRAMATURA 220GR/M2 100% ALGODÃO. 100% ANTI- ALERGICO. CORES NEUTRAS						
13	<b>COBERTOR SOLTEIRO ALGODÃO 140X220CM – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	810	UNID	R\$ 152,540	R\$ 123.557,400	COTA RESERVADA
	Especificação : MEDIDA 140X220CM GRAMATURA 220GR/M2 100% ALGODÃO. 100% ANTI- ALERGICO. CORES NEUTRAS						
14	<b>COLCHÃO PARA BERÇO 130X60X10</b>	ORTHOVIDA	100	UNID	R\$ 147,230	R\$ 14.723,000	COTA EXCLUSIVA
	Especificação : ALTA RESISTÊNCIA, DENSIDADE 26, LAVÁVEL, REVESTIDO COM CAPA EM NAPA REMOVÍVEL						
15	<b>COLCHONETE INFANTIL 1,50X0,60X0,05M</b>	ORTHOVIDA	4.880	UNID	R\$ 81,310	R\$ 396.792,800	COTA PRINCIPAL
	Especificação : COLCHONETE INFANTIL MEDINDO 1,50 X 0,60 X 0,05 M, COM REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL NA COR AZUL ROYAL DE ESPESSURA MÍNIMA DA NAPA 0,3MM, COM RESPIRO LATERAL. ENCHIMENTO COM ESPUMA FLEXÍVEL DE 100% POLIURETANO D23 AG 1. GARANTIA DO PRODUTO DE 01 ANO APÓS A ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA. PRODUTO DE ACORDO COM OS						

Rua do Café s/nº - Setor alto Morumbi – Fone: 94 3433-3241 Fax: 94 3433-1507 CEP 68.385-000

Email: [cpl2021pmt@gmail.com](mailto:cpl2021pmt@gmail.com)



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	REQUISITOS A METODOS DE ENSAIO DAS NORMAS ABNT NBR 13579-1 E 13579-2						
16	<b>COLCHONETE INFANTIL 1,50X0,60X0,05M – ME /EPP</b>		1.220	UNID	R\$ 81,310	R\$ 99.198,200	COTA RESERVADA
	<i>Especifica�o : COLCHONETE INFANTIL MEDINDO 1,50 X 0,60 X 0,05 M. COM REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL NA COR AZUL ROYAL DE ESPESSURA MÍNIMA DA NAPA 0,3MM, COM RESPIRO LATERAL. ENCHIMENTO COM ESPUMA FLEXÍVEL DE 100% POLIURETANO D23 AG 1. GARANTIA DO PRODUTO DE 01 ANO APÓS A ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA. PRODUTO DE ACORDO COM OS REQUISITOS A METODOS DE ENSAIO DAS NORMAS ABNT NBR 13579-1 E 13579-2</i>						
17	<b>FRONHA AVULSA 50X70CM –</b>	ORTHOVIDA	1.720	UNID	R\$ 14,180	R\$ 24.389,600	COTA PRINCIPAL
	<i>Especifica�o : 100% ALGODÃO. MEDINDO 50X70CM</i>						
18	<b>FRONHA AVULSA 50X70CM -ME /EPP</b>	ORTHOVIDA	430	UNID	R\$ 14,180	R\$ 6.097,400	COTA RESERVADA
	<i>Especifica�o : 100% ALGODÃO. MEDINDO 50X70CM</i>						
19	<b>FRONHA PARA TRAVESSEIRO INFANTIL 30CM X 20CM X 05CM</b>	ORTHOVIDA	2.050	UNID	R\$ 9,800	R\$ 20.090,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especifica�o : 100% ALGODÃO</i>						
20	<b>LENÇOL COM ELASTICO INFANTIL 0,80X1,40M</b>	ORTHOVIDA	1.100	UNID	R\$ 21,890	R\$ 24.079,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especifica�o : LENÇOL COM ELASTICO TAMANHO INFANTIL, TIPO LUVA COM ELASTICO EM TODA BORDA 100% DE ALGODÃO ANTIALERGICO, QUE NÃO FORME BOLINHAS COM USO DIÁRIO 180 FIOS MEDINDO ( LXC) (0,80 X 1,40)M ALTURA DO COLAO 20CM DO MÍNIMO NAS CORES AMARELO, VERDE E AZUL E ROSA E ESTAMPADO BAINHA COM ACABAMENTO NOS QUATRO LADOS, COSTURADAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO ETIQUETA DE ACORDO COM RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02 DE 06/05/2008</i>						
21	<b>LENÇOL COM ELASTICO TAMANHO INFANTIL 0,80X1,60</b>	ORTHOVIDA	1.050	UNID	R\$ 34,110	R\$ 35.815,500	COTA EXCLUSIVA



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	<i>Especificação : LENÇOL COM ELASTICO TAMANHO INFANTIL, TIPO LUYA COM ELASTICO EM TODA BORDA 100% DE ALGODAO ANTIALERGICO, QUE NAO FORME BOLINHAS COM USO DIARIO 180 FIOS MEDINDO ( LXC ) (0,80 X 1,60)M ALTURA DO COLCHAO 20CM DO MINIMO NA CORES AMARELO, AZUL, VERDE, ROSA, ESTAMPADO BAINHA COM ACABAMENTO NOS QUATRO LADOS, COSTURADAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO ETIQUETA DE ACORDO COM RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02 DE 06/05/2008</i>						
23	<b>TOALHA DE BANHO INFANTIL COM CAPUZ 0,80X0,80M</b>	ORTHOVIDA	3.280	UNID	R\$ 30,000	R\$ 98.400,000	COTA PRINCIPAL
	<i>Especificação : TECIDO 100% ALGODÃO MÁCIO E CONFORTÁVEL PARA A PELE DELICADA DO BEBÊ COM CAPUZ, ABSORÇÃO E SUAVIDADE. ESTAMPA COM DIVERSOS DESENHOS, MEDIDAS: 80/COMPRIMENTO CM X 80 CM/LARGURA</i>						
24	<b>TOALHA DE BANHO INFANTIL COM CAPUZ 0,80X0,80M - ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	820	UNID	R\$ 30,000	R\$ 24.600,000	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : TECIDO 100% ALGODÃO MÁCIO E CONFORTÁVEL PARA A PELE DELICADA DO BEBÊ COM CAPUZ, ABSORÇÃO E SUAVIDADE. ESTAMPA COM DIVERSOS DESENHOS, MEDIDAS: 80/COMPRIMENTO CM X 80 CM/LARGURA</i>						
27	<b>TOALHA DE BANHO 80CMX140CM</b>	ORTHOVIDA	3.240	UNID	R\$ 49,070	R\$ 158.968,800	COTA PRINCIPAL
	<i>Especificação : TOALHA DE BANHO 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER. (COTA PRINCIPAL) LIGAMENTO TIPO CREPE PRÉ LAVADA, PRÉ ENCOLHIDA, FIO RETORCIDO, COSTURA DUPLA, GRAMATURA MÍNIMA DE 440/M, EM CORES NEUTRAS DIMENSÕES: 80 CM X 140 CM</i>						
28	<b>TOALHA DE BANHO 80CMX140CM – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	810	UNID	R\$ 49,070	R\$ 39.746,700	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : TOALHA DE BANHO 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER. (COTA PRINCIPAL) LIGAMENTO TIPO CREPE PRÉ LAVADA, PRÉ ENCOLHIDA, FIO RETORCIDO, COSTURA DUPLA, GRAMATURA MÍNIMA DE 440/M, EM CORES NEUTRAS DIMENSÕES: 80 CM X 140 CM</i>						
29	<b>TRAVESSEIRO 0,50X0,70M</b>	ORTHOVIDA	1.640	UNID	R\$ 29,840	R\$ 48.937,600	COTA PRINCIPAL



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



	<i>Especificação : TRAVESSEIRO MEDIDAS MÍNIMAS 0,50 X 0,70 M - REVESTIDO EM TECIDO COM RESPIRO. LAVÁVEL, ANTI ÁCARO, ANTI FUNGO, ANTI MOFO, RECHEADO COM FIBRA 100% SILICONADA</i>						
30	<b>TRAVESSEIRO 0,50X0,70M – ME/EPP</b>	ORTHOVIDA	410	UNID	R\$ 29,840	R\$ 12.234,400	COTA RESERVADA
	<i>Especificação : TRAVESSEIRO MEDIDAS MÍNIMAS 0,50 X 0,70 M - REVESTIDO EM TECIDO COM RESPIRO. LAVÁVEL, ANTI ÁCARO, ANTI FUNGO, ANTI MOFO, RECHEADO COM FIBRA 100% SILICONADA</i>						
31	<b>TRAVESSEIRO PARA BERÇO 30X20X2,5CM</b>	ORTHOVIDA	2.050	UNID	R\$ 19,900	R\$ 40.795,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especificação : TRAVESSEIRO PARA BERÇO 30X20X2,5CM</i>						
					<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 2.379.256,500</b>	

**C) L M VIEIRA MARQUES – MS CONFECÇÕES HOSPITALARES LTDA | TIPO - ME LC123:**  
**Sim - Documento 33.331.450/0001-16 - Endereço: R 1-B QUADRA 46, LOTE 18, CASA 02, SN, BAIRRO GARAVELO - CEP: 74.354-290 - UF: GO - Município: GOIANIA - Telefone: (62) 8452-8719.**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
5	<b>LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO SEM ELÁSTICO 1,40X1,90M</b>	PRÓPRIA	150	UNID	R\$ 35,900	R\$ 5.385,000	COTA EXCLUSIVA
	<i>Especificação : SEM ELÁSTICO. 100% ALGODÃO 1,40X1,90M</i>						
					<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 5.385,000</b>	

**VALOR TOTAL: R\$ 2.451.421,500**

**5.3.** Conforme registrado em sessão pública, tendo sido exercido pelos demais licitantes o direito de registrar os preços e quantitativos em igual valor ao da licitante mais bem classificada, na sequência da classificação de ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, tem-se formação de cadastro de reserva em anexo, para o caso de exclusão do primeiro colocado da ARP, nas hipóteses previstas no Decreto nº 7.892/2013.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta corrente da Fornecedora, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Fornecedora, e será efetuado em **até 30 dias** após o Atesto de Recebimento do objeto.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**6.2.** O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

**6.3.** A Fornecedoradora deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

**6.3.1.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedoradora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo Licitatório, Nº do Pregão, Nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**6.3.2.** A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição(ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

**6.4.** A nota fiscal supracitada deverá estar devidamente acompanhada dos documentos de comprovação da Regularidade Fiscal, sendo: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, estadual e Municipal, bem como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

**6.5.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

**7.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Gerenciador, Órgãos Participantes e Órgãos não participantes, no que couber.

#### CLAUSULA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**8.1.** Os preços registrados, durante a vigência da ARP, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**8.2.** Cabe ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como observadas as disposições no Decreto nº 7.892/2013.

**8.3.** A(s) Detentora(s) do Registro de Preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio do preço vigente, através de solicitação formal ao Órgão Gerenciador, desde que acompanhado de documentos



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços do fabricante, notas fiscais de aquisição de produtos, matérias primas, compõe entes ou de outros documentos pertinentes que tenham o mesmo efeito.

**8.4.** O reequilíbrio financeiro não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

**8.5.** Independentemente do que trata o item 8.3 o Órgão Gerenciador efetuará o monitoramento dos preços praticados no mercado nacional/regional, e em casos de preços superiores, poderá convocar a Detentora para adequar o preço, sendo que o novo preço a ser fixado será validado mediante ato firmado entre as partes a partir da publicação do referido ato.

**8.6.** Para fins de que trata este item, considerar-se-á preço de mercado aquele apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, preferencialmente desta cidade; ou aquele preço oficialmente tabelado por órgão competente.

**8.7.** Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**8.8.** Ainda que comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a ARP e iniciar outro procedimento licitatório.

**8.9.** Deverão ser observadas ainda, as disposições contidas no Decreto n.º 7.892/2013.

**8.10. O registro do fornecedor será cancelado quando:**

- a) O Fornecedor registrado descumprir as condições da ARP;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

**8.10.1.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**8.10.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados nas seguintes hipóteses:



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor registrado.

**8.10.3.** A comunica o do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com por e-mail, por ofício ou ato administrativo do órgão competente, Aviso de Recebimento (AR), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

**8.10.4.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunica o será feita por publica o na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publica o.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGA OES DAS PARTES**

Além das obriga oes resultantes da observância da Lei n  8.666/93 são obriga oes das Partes:

**9.1. Do(s) Fornecedor(es) beneficiário(s) da ARP**

- a) Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condi oes estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condi oes de utiliza o, sem nenhum custo oneroso para o órgão solicitante em rela o ao fornecimento do objeto;
- b) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (frete), entrega, descarregamento, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;
- c) Arcar com qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência de seu transporte;
- d) Assegurar a entrega do objeto licitado de acordo com as *determina oes constantes no Termo de Referência – Anexo I*;
- e) Substituir/trocar, reparar/corrigir, **imediatamente**, às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento, se forem verificados vícios, defeitos ou incorre oes resultantes de fabrica o ou fornecimento do objeto, que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conserva o, estocagem e armazenamento, ou não esteja em conformidade com as especifica oes e/ou na nota de empenho;
- f) Atender com prontidão às reclama oes por parte do recebedor do objeto;
- g) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado ao  rg o Solicitante ou a terceiros, resultantes de a o ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- h)** Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, qualquer anormalidade verificada, problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- i)** Comunicar ao Órgão Solicitante da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- j)** Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;
- k)** Formalizar pedido de cancelamento do registro de preços em decorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, comprovando e justificando seu pedido;
- l)** Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas;

## **9.2. Do Órgão Gerenciador da ARP:**

- a)** Caberá a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- b)** Solicitar a troca de eventuais produtos que não estejam de acordo com a solicitação de compra.
- c)** Sustar o recebimento do objeto se o mesmo não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita e solicitar a substituição do objeto se, no período de validade, a contar do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação ou origem, devidamente comprovados.
- d)** Providenciar a assinatura desta ARP e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;
- e)** Gerenciar a ata de registro de preços, acompanhando e fiscalizando sua execução;
- f)** Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta ARP;
- g)** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- h)** Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- 
- i) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta ARP;
- j) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;
- k) Notificar à Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida em que for necessário;
- l) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados nesta ARP, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da ARP;
- m) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- n) Proceder à revogação desta ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, na hipótese de não haver êxito nas negociações.
- o) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
- q) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- r) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- s) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
- t) Autorizar ou não a adesão de órgãos não participantes nesta ARP e consequentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de vigência da ata;
- u) Consultar a(s) detentora(s) da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a órgão(s) não participante(s) que externem a intenção de utilizar a presente ARP;
- v) Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de 90 (noventa) dias previsto no § 6º do art. 22 do Decreto nº 7892/2013, respeitado o prazo de vigência da ARP, quando solicitada pelo órgão não participante, para que este efetive a aquisição ou a contratação.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**9.2.1.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso assumido, o Órgão Gerenciador **poderá**:

- a) Liberar ao fornecedor do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovação apresentados pelo fornecedor não puder cumprir o compromisso; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**9.3. Do(s) Órgão(s) Participante(s):**

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- c) Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;
- d) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado;
- e) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- f) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela Fornecedora, referentes às suas aquisições;
- g) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
- h) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- i) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

**12.4. Do(s) Órgão(s) Não Participante(s):**

- a) Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços;
- b) Identificar/elencar o objeto e os quantitativos que tem interesse em fazer adesão, não excedendo a cem por cento dos quantitativos totais dos itens registrados na ARP para o(s) órgão(s);



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- e) Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, dentro o prazo de vigência da ata;
- d) Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;
- e) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g) Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;
- h) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;
- i) Informar a Fornecedor/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;
- j) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedor/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS**

**10.1.** Nos valores registrados quanto ao objeto a ser fornecido, deverão estar incluídos nos valores ofertados na proposta, todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos, taxas, tributos, seguros, contribuições sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, embalagens, licenças, despesas com frete, transporte e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do objeto ora licitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

**11.1.** Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração no âmbito municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da ARP e anuência da(s) empresa(s) beneficiária(s)/fornecedora(s), desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013, nas normas municipais e demais normas pertinentes em vigor com as respectivas atualizações.

**11.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**11.3.** Poderá(ão) a(s) empresa(s) beneficiária(s)/fornecedora(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador.

**11.4.** As aquisições ou contratações adicionais a serem realizadas pelo(s) Órgão(s) não participante(s), não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cem por cento dos quantitativos** dos itens constantes da tabela geral do Termo de Referência (Anexo I) do Edital e dos registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

**11.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo** de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para O Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

**11.6.** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados da autorização do Órgão Gerenciador, observado o prazo de validade da ARP.

**11.7.** Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo(s) fornecedor(es) das obrigações assumidas na ARP e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas da ARP, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES**

**12.1.** Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) a(s) sanção(ões) adiante, além das responsabilidades por perdas e danos, devendo observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital e sujeitando-se às sanções constantes no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, conforme disposto:

#### **I - Advertência**

A sanção de Advertência consiste na comunicação formal ao fornecedor, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada. Sua aplicação se dará nos casos seguintes:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;
- c) Por atraso injustificado na execução da ARP, inferior a 30 (trinta) dias, que não importem em prejuízo financeiro à Administração;
- d) Demais casos faltosos que não importem em prejuízo financeiro à Administração.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



## II - Multas:

As multas a que aludem este inciso não impedem que a Administração aplique as outras sanções previstas em lei. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

a) Por **inexecução diária** de atraso injustificado na execução da ARP, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação: 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total ARP/Contratado;

b) Por **inexecução parcial** de atraso injustificado na execução do ARP, por prazo superior a 30 (trinta) dias:

I) 15% (quinze por cento) sobre a parcela contratual não cumprida, sujeita ainda à possibilidade de rescisão unilateral;

c) Por **inexecução total** injustificada da ARP: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação assumida;

d) Recusa do adjudicatário em receber a ARP, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação:

I) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;

e) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e não aceito pela Pregoeira no ato da sessão: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;

## III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração:

A aplicação da sanção de suspensão temporária será aplicada de forma subsidiária, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.525/02. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

a) Cometer atos fraudulentos, adulterados ou ilegais, que não aqueles atos previstos no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a ser fixado por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme o caso, em função da natureza e a gravidade da falta cometida.

## IV - Impedimento de licitar e contratar com este Município e descredenciamento no SICAF ou no sistema de cadastramento de fornecedores do Município:

Sendo este prazo de até 05 (cinco) anos, conforme o caso, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002:



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



- a) Após convocado, não celebrar a ARP dentro do prazo de validade da sua proposta;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Não manter a proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- f) Falhar ou fraudar na execução da ARP;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Comportar-se de modo inidôneo.

#### **V-Declaração de inidoneidade**

Para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, considerando para tanto, reincidências de faltas e sua natureza de gravidade.

**12.2.** As multas previstas no item II serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, na forma do §3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

**12.3.** As sanções previstas nos itens I, III, IV e V **do item 12.1**, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

**12.3.1.** As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento (AR) e após exauridas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

**12.4.** A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

**12.5.** As sanções previstas nos itens I, II, III e IV **do item 12.1** são da competência do Órgão Gerenciador/Órgão Participantes/Órgãos Não participante, conforme o caso.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**12.6.** A sanção prevista no item V do **item 12.1** é da competência de autoridade superior competente da Administração, facultada a defesa do Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

**12.7.** Na ocorrência dos crimes em licitações e contratos administrativos, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Código Penal, Capítulo II-B, artigo 337- E, e seguintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ARP**

**13.1.** A fiscalização e acompanhamento da execução desta ARP serão efetuados pelo servidor: **GABRIELLE REGINA SILVA, Cargo: ASSESSOR ESPECIAL I (PMT-DAS.03.00)**, observando-se no que couber as obrigações elencadas neste Termo, e as disposições do art. 67 da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº 7.892/2013.

**13.2.** A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a execução da ARP, não poderá ser invocada para eximir a Fornecedora das responsabilidades na entrega do objeto em bom estado e em uso adequado.

**13.3.** Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Fornecedora sem ônus para o Órgão Gerenciador.

**13.4.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Órgão Gerenciador.

**13.5.** A Fiscalização exercida por interesse do Órgão Gerenciador não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora, durante a vigência da ARP, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**13.6.** A comunicação entre a Fiscalização e a Detentora/Fornecedora será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**

**14.1.** O cadastro de reserva incluído nesta ARP na forma de anexo relaciona as licitantes que, em sessão, aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação de ordem da última proposta apresentada pelas respectivas licitantes durante a fase competitiva do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no prazo legal bem como no caso de



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP, e sucessivamente, nas hipóteses previstas no Decreto nº 7.892/2013.

**14.3.** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item anterior será efetuada, na hipótese prevista no Decreto nº 7.892/2013, e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no mesmo Decreto.

**Obs.: Demais informações serão incluídas no momento da firmação da Ata de Registro de Preços.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

**16.1.** Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 9/2022-049PMT** a proposta da empresa classificada em 1º lugar deste certame e Cadastro de Reserva de Fornecedores – Anexo a esta ARP, se houver.

**16.2.** Os procedimentos, bem como os casos omissos, serão regidos pelas legislações aplicáveis, em especial pela Reger-se-á pelas legislações aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

**16.3.** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preço, fica eleito o Foro da Comarca de Tucumã/PA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.4.** Justos e acordados firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

**TUCUMÃ-PA, 22 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

C.N.P.J. nº 11.234.755/0001-77

LIVIA LIRA DE ARAUJO

**Órgão Gerenciador**





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



---

**DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA**  
LIGIANE PAULA GIACOMEL ISYCKI HAIDUKI  
Detentor/Fornecedor

---

**INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA**  
ANE CAROLINE DINIZ SILVA  
Detentor/Fornecedor

---

**L M VIEIRA MARQUES – MS CONFECÇÕES HOSPITALARES LTDA**  
LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES  
Detentor/Fornecedor